



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARECER 006/2021

I- RELATÓRIO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, legais previstas na Lei Orgânica do Município encaminhou à esta Casa de Legislativa Municipal projeto de lei que "Altera a redação do artigo 3º da Lei nº 1.166, de 2016, que dispõe sobre a consulta para designação de Diretores das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Tamarana, e dá outras providências."

Posteriormente à leitura em sessão plenária ao recebimento do aventado projeto esta comissão permanente, por sua vez, foi avocada a dar parecer.

II- ANÁLISE

Não há críticas a fazer quanto ao aspecto regimental e de técnica legislativa no referido projeto de Lei.

De acordo com a Lei Orgânica de Tamarana compete ao Prefeito Municipal versar sobre a organização de seu governo e sua administração:

Art. 8º Compete ao Município:

I - legislar sobre assunto de interesse local, especialmente sobre:

g) organização de seu governo e administração;

Além disso, o art. 9º do texto normativo mencionado anteriormente afirma que o Município também tem competência para proporcionar acesso à educação:



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

Art. 9º É competência do Município de Tamarana, em conjunto com a União e o Estado do Paraná:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Por fim, o art. 111 afirma que a escolha de Diretores Municipais se dará a cada 2 anos, onde não há definição nem vedação de alteração de prazo para que ocorra tal eleição:

Art. 111 A escolha dos Diretores de Escolas Municipais, será feita através de eleição diretas e secretas, para um mandato de dois anos.

Parágrafo único. A recondução para o mesmo cargo de diretor de Escola Municipal, será permitida apenas uma vez consecutiva.

Desse modo, como observa-se que fora efetuada reunião com o Conselho Municipal de Educação, onde este mesmo conselho de forma unanime sugeriu a alteração das datas, nota-se que todas as formalidades foram cumpridas.

Assim, se observa que não existe no aludido Projeto de Lei qualquer irregularidade, ilegalidade ou inconstitucionalidade aparente, estando o mesmo apto a seguir tramitação regimental.

III- VOTO

Em face do exposto, o projeto reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, também deve ser acolhido.

Por isso, voto pela sua aprovação.

Tamarana, 26 de agosto de 2021.

Relator: MÁRIO TORRES BITTENCOURT JÚNIOR

Rua Ancião Vicente Subtil de Oliveira, nº 141,
Centro, Tamarana/PR, tel.: (43) 3398-1133
CEP 86.125-000



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

A Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, em reunião por meio do aplicativo WhatsApp, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do referido Projeto de Lei.


MÁRIO CESAR FABIANO
Presidente

EDSON DE SOUZA
Membro